

Pesquisar a História Local: historiografia e perspectivas para o ensino de História nas séries iniciais

Maria Aparecida Leopoldino Tursi Toledo

Com as mudanças que se realizaram nas propostas curriculares para ensinar História nos anos de 1990 no Brasil, a prática pedagógica dos professores que tratam com as séries iniciais do ensino fundamental passou a ser repensada tendo por objetivo mudanças nos aspectos metodológicos e teóricos da disciplina. Tais mudanças que se processaram no campo pedagógico foram motivadas pelas tendências historiográficas que surgiram em períodos anteriores no cenário brasileiro a exemplo do ocorrido no cenário internacional.

Das mudanças vivenciadas uma das mais sentidas, nas propostas pedagógicas para o ensino de História nas séries iniciais do fundamental, foi a indicação da História Local como eixo temático para o 1º e 2º ciclos, conforme está prescrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1996). A presença dessa tendência teórica para o ensino foi significativa para se repensar também a formação de professores para esse grau de ensino tendo em vista que nos cursos de Pedagogia as tendências historiográficas contemporâneas se fizeram sentir após ter sido instalado (com muita polêmica) o debate entre os historiadores.

As reformas que se fizeram nos cursos de formação, por sua vez, vieram se realizando, ao longo do final dos anos de 1990, tecendo dialogo com as mudanças no campo historiográfico; de forma que atualmente a história local não é mais uma novidade a ser compreendida entre os que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental. No entanto, verifica-se que pouco ainda se tem discutido as perspectivas para a implementação dessa tendência nesse grau de ensino, fundamentalmente no que se refere à proposta de pesquisa da historicidade local.

Um dos aspectos que justificam esse quadro é que, desde os anos de 1980, as questões em torno do procedimento historiográfico vêm recebendo diferentes interpretações teóricas e metodológicas, de forma que, conforme já apontou Matozzi (2004), “atualmente são numerosas as investigações e as reflexões que se interessam pelo caráter textual do conhecimento, já não apenas na investigação histórica, mas em todas as ciências sociais, inclusive nas econômicas”, o que tem trazido para o campo historiográfico a necessidade de esclarecer os procedimentos utilizados na construção do saber histórico que se produz.

Tratando desse desafio, este trabalho trata dos procedimentos teóricos de construção do saber histórico em dois âmbitos: o historiográfico e a pesquisa escolar no trato com a pesquisa histórica em escala local. Para essa tarefa as indicações de Ivo Matozzi (2004) sobre a centralidade do texto na construção do saber histórico são tomadas com ponto de partida com o fim de discutir a questão da interpretação das fontes no trabalho do historiador úteis ao professor.

As indicações de Matozzi, por sua vez, são relacionadas às de Paul Ricoeur (2011) sobre a função da narrativa no texto historiográfico. Na inter-relação desses autores se encontra o eixo do trabalho aqui apresentado cujo objetivo é estabelecer diálogo com a prática pedagógica. A importância desta abordagem se faz porque tal debate tem, em geral, estado circunscrita ao campo dos chamados *historiadores de ofício* e, em geral, os estudiosos de outras áreas têm pouca familiaridade com as questões que o envolve, como é o caso dos professores que tratam dos conteúdos de História nas séries iniciais.

O texto foi dividido em três partes: na primeira retomam-se algumas das questões que envolvem o fazer historiográfico, questões básicas da escrita da história parece essencial

quando se quer adentrar, mesmo que de forma preliminar, a seara da produção historiográfica contemporânea; em seguida enfatizar como o texto historiográfico é central para o trabalho com a escrita da História na atualidade, apontando para a necessária e importante tarefa do campo educacional dele se apropriar. Por fim, para concluir a reflexão, (re) toma-se um eixo da historiografia memorialista sobre a cidade de Maringá para se trabalhar essa questão.

Enfim, o que se propõe neste trabalho é dialogar com uma linhagem da escrita da História local, procurando indagar: Como é tecida esta escrita? Quem são as vozes autorizadas a representá-la? Quais os pressupostos historiográficos que referendam esta construção?

Entende-se que assim se poderá contribuir para o diálogo entre pedagogos e historiadores nos debates sobre as questões da temática no ensino de história local.

Ponto inicial: a escrita da história

Nas historiografias que herdamos [...] a história era, antes de tudo, uma crônica de líderes. Era das vicissitudes da soberania que ela extraía, tradicionalmente, as articulações de seu relato, isso quando não se contentava, transformado-se em anais, em claudicar de milésimo em milésimo. Ao destruir uma a outra, as dominações dos povos conquistadores traçavam as grandes épocas. (BLOCH, 2001, p.147).

Marc Bloch, em *Apologia da História ou o ofício de historiador*, permite situar o fazer historiográfico no tempo. Como indica a epígrafe acima, sua geração tomou para si a tarefa de sobrepor uma tradição historiográfica que colocava no centro das preocupações do ofício do historiador a busca pela *verdade dos fatos*. O sentido de verdade e de fatos remete a um metódico escrito pensado como curso, na Sorbonne, por Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, e publicado, em 1897, com o título *Introduction aux études historiques*. Em outras palavras, preocupados em ensinar como fazer história sem delongas, os autores franceses definiram, em grande medida, os caminhos da “operação historiográfica”, que foram, também em grande medida, aceitos secularmente sem muitas controvérsias no decorrer do século XIX e XX em muitos países da Europa e no Brasil.

Na referida obra, os autores esforçam-se para elaborar um “método científico” para a história, de modo que ficassem canonizados os caminhos do ofício de historiador e a “essência eterna” da disciplina. Estimulados pela busca da “verdade” e pelo “culto à ciência”, contribuíram para definir narrativas, legitimar fontes, configurar textos e normatizar a exposição metodológica dos fatos. Remetida a um contexto intelectual, determinado pelas chamadas ciências naturais, a obra, ao preconizar um rigoroso método de fazer história, não suscitou espaço para discussões epistemológicas, uma vez que se entendia que fazer ciência era revelar a verdade.

O século XX trouxe mudanças nessa perspectiva teórica e metodológica do fazer historiográfico não apenas no cenário europeu, mas no Brasil também. Houve o reconhecimento de que o historiador ao escrever sua obra realiza seleções temáticas, temporais, de fontes e prioriza uma determinada narrativa, ou seja, a verdade não tem a objetividade que então queria a concepção positivista da história.

Abandonada a perspectiva de que haveria uma verdade calcada na ordenação cronológica dos fatos e datas, reconheceram os historiadores que a história produzida não se resumia a exposição dos acontecimentos políticos, nomes de indivíduos considerados vultos memoráveis.

Neste trabalho não se trata de retomar a discussão que envolve essa concepção da história, mas de enfatizar o sentido político-social da produção do saber histórico escolar que está envolto nesse trajeto. Isso porque, muitas propostas de ensino que foram divulgadas entre

as décadas de 1980-1990 basearam-se nas análises dos fundamentos da “ciência da história” e pretenderam, a partir daí, elaborar sistematicamente perspectivas didático-pedagógicas de como reconhecer os princípios mais importantes do pensamento histórico (TOLEDO, 1998;CORDEIRO, 2000). Ou seja, atrelaram-se os fundamentos da “ciência da história” a uma definição genérica do que é história e os princípios mais importantes do pensamento histórico por meio da indicação de suas “escolas”. Assim, circunscreveu-se o debate, em linhas gerais, a apresentação da escola positivista, da escola idealista, da escola marxista.

Ocorre que tal procedimento, conforme indica Rüsen (2001), tem um implicador: pressupõe a constituição científica específica do pensamento histórico como natural e não tem em conta preocupações com a sua origem nem sobre as razões de sua existência. Para o autor, enfim, o objetivo de superar essa orientação metodológica, presente nas indicações para o ensino de História ainda hoje, pressupõe o esclarecimento do que significa pensar historicamente e como isso acontece, daí cunhar o conceito de *consciência histórica* e vinculá-la ao ensino de História.

Nesse caminho aberto por Rüsen, entende-se aqui que o fazer historiográfico não é um ato meramente técnico, não se restringe, portanto, ao debate acadêmico e tão pouco ao manuseio das fontes que se colhe para estudo, mas tem relações com a narrativa – que se realiza na trama social e política da vida presente – que dá sentido ao passado, a sociedade e as ações humanas no tempo. São exatamente esses elementos históricos e sociais que permitem compreender a existência das teorias da história e seus pressupostos.

Nesse aspecto, como não podemos, para fins desse trabalho, adentrar de forma significativa no contexto do século XIX para discutir-se a emergência do positivismo e do materialismo histórico, é que recortamos no tempo e no espaço o debate historiográfico no século passado. Por ser, esse debate que marca o século XX, bastante complexo, não se tratará aqui igualmente das questões político-econômicas em que a atual historiografia brasileira se alicerça. Entende-se que alguns trabalhos acadêmicos já o fizeram com satisfação. Tratar-se-á de recortar o tema do ensino por meio da escrita da história, seus aspectos teóricos e metodológicos, pois parece mais plausível quando se quer, especificamente, discutir as “regras” gerais da produção de textos escolares de história.

Ao buscar tais fundamentos torna-se necessário pisar o solo instável da relativa convicção dos especialistas, tal como ela se põe atualmente, para chegar à pressuposição de Matozzo: a centralidade do texto histórico não apenas na produção de o saber histórico acadêmico, mas também no do ensino escolar.

Nesse sentido, no campo historiográfico atualmente se verifica uma completa falta de consenso quanto ao que se entende por “importância do saber histórico”, de tal forma que se pode verificar discussões sobre os “sentidos” da história e uma pluralidade de objetos, fontes, métodos de análises e perspectivas analíticas no fazer historiográfico. É nesse caminho que se assistiu ao surgimento de outras concepções de história e de ensino no Brasil em fins dos anos de 1970 fundamentadas, em grande medida, na revisão da historiografia considerada tradicional, por autores ligados a chamada *Escola dos Annales*.

Segundo Antoine Prost (2008) a novidade dos *Annales* em 1929 não está no método, mas nos objetos e nas questões que se colocam. As normas da profissão foram integralmente respeitadas por Lucien Febvre e Marc Bloch: o trabalho a partir dos documentos e a citação das fontes.

Eles haviam aprendido o ofício na escola de Langlois e Seignobos, sem deixar de criticar a estreiteza das indagações e a fragmentação das pesquisas; rejeitam a história política factual que, nessa época, era dominante em uma Sorbonne que, além de se isolar, estava corroída pelo imobilismo. Eles chegaram a diabolizar, sem poupar exageros e simplificações [...] essa história “historicizante” [...] para opor-lhe

uma história amplamente aberta, uma história total, empenhada em assumir todos os aspectos da atividade humana. (PROST, 2008, p.39).

A busca por uma história “econômica e social” era o que pretendia os fundadores da revista francesa. Uma história que pudesse dialogar com outros campos disciplinares, fundamentalmente a sociologia, a economia e a geografia; uma “história viva”- como se disse – que se interessasse diretamente por todos os aspectos da vida social e privada, pelos problemas contemporâneos.

Para Prost, do ponto de vista científico, o paradigma dos *Annales* fornecia uma inteligibilidade bastante superior: a vontade de síntese, relacionando os diferentes fatores de uma situação ou de um problema, permitia compreender, a um só tempo, o todo e as partes. No entanto, prossegue o autor:

[...] a criação dos *Annales* perseguia, simultaneamente, desafios mais estratégicos, comprovando-se a veracidade de que “todo projeto científico é inseparável de um projeto de poder”. Neste caso, os *Annales* empreendiam o combate em duas frentes: por um lado, ataque contra a concepção dominante da história, o que correspondia a uma disputa leal, uma vez que seus representantes se encontravam em competição com os partidários dessa história para obter a hegemonia no campo da disciplina; por outro, reivindicação para a história de uma posição privilegiada no campo das ciências sociais ainda em vias de estruturação. (PROST, 2008, p.40).

Ocorre que, após a guerra, os *Annales* perseguiram essa dupla estratégia, porém em contexto diferente. Em primeiro lugar, é importante anotar que em 1947, com a criação de uma *Section na Ecole pratique des hautes études*, coordenada por Lucien Febvre, ocorre na década de 1950 o revezamento da coordenação, sendo essa assumida por Fernand Braudel que ampliou os espaços das “disciplinas vizinhas”, o que permitiu, nas décadas seguintes, a crítica ao recorte econômico e social dado pelos criadores da revista.

Com certeza, os historiadores não poderiam defender-se contra essa ofensiva – empreendida, em particular, pelo estruturalismo – sem a existência de espaços dedicados à pesquisa: as universidades haviam sido desestabilizadas por seu crescimento e, em seguida, pelo choque de 1968 e suas conseqüências. (PROST, 2008, p.41).

É nesse quadro que se verifica que a perspectiva dos *Annales* se abre para os desafios lançados pela lingüística, pela psicologia e pela etnologia. Ela estava no âmago de uma renovação que levou para o primeiro plano a história das mentalidades e, em seguida, a história cultural, ao pedir empréstimos às problemáticas e os conceitos das outras ciências sociais para abordar seus próprios objetos, a partir de métodos transpostos da história econômica e social.

Para enfrentar o desafio da lingüística e da etnologia, os historiadores – que se autoproclamam “novos” – privilegiaram novos objetos e novas abordagens[...]. Certamente, ainda subsistem historiadores fiéis à vontade de compreensão global da primeira fase dos *Annales*, mas um grande número recusou a essa ambição, considerada exagerada, para dedicar-se ao estudo de objetos limitados, cujo funcionamento é desmontado por eles. (PROST, 2008, p.42).

O resultado dessas mudanças no campo do historiador contemporâneo foi que a profissão se manifestou, aos poucos, incorporando a pluralidade de objetos e abordagens. Mas também passou a realizar seu trabalho de forma mais cuidadosa possível no sentido de definir objetivos considerando que a escrita da história ocupa posição central da formação desse profissional. Argumenta-se que a história é produto do trabalho intelectual do historiador sobre o vivido; a teoria da história lhe serve de orientação e suas escolhas dependem da posição ocupada por ele nesse duplo conjunto: social e profissional.

Questão principal: a centralidade do texto histórico

Ivo Matozzi, professor de metodologia do ensino de História da Universidade de Bologna, ao tratar das mudanças na produção do saber histórico contemporâneo relembra uma questão que consideramos primordial neste trabalho. No início de suas reflexões sinaliza:

O texto é central, porque dele depende a qualidade do que compreendemos e aprendemos sobre história. Tudo o que sabemos sobre o passado devemos a produção de textos e a compreensão dos mesmos. A investigação histórica põe em evidência o texto histórico e o texto adquire uma relevância epistemológica dentro da investigação. (MATOZZI, 2004, p.1)

Esse aspecto que envolve a questão da escrita da história problematiza e projeta a ação e interpretação do historiador diante de seus objetos de pesquisa. Trata-se de uma questão que atinge diretamente o debate epistemológico sobre o conhecimento (e suas possibilidades) acerca do passado. É a narrativa que está sendo colocada em destaque nessa orientação. Na configuração do tempo aparece a narração, ou seja, a configuração do tempo passa pela narrativa do historiador, tornando-se, ela, o eixo central do texto produzido sobre o passado.

Na perspectiva contemporânea, e com essa perspectiva que convém reabrir o passado, revisitar suas potencialidades de forma que a centralidade da narrativa permite relativizar a capacidade da história de encerrar seu discurso numa explicação fechada sobre mecanismos de causalidade.

Um texto historiográfico, conforme indica Ricouer (2011), é o resultado de uma atividade de narrar uma história, uma atividade de compor um texto, recortando um acontecimento no tempo e no espaço. Como gênero narrativo, a narrativa histórica se refere a um *real* como passado vivido, afirmado por intermédio da força documental que apresenta em sua descrição, análise e apropriação. Para Rusen (2001, p.59), tal reflexão pode ser sistematizada porque se trata de um processo racional e não “da atribuição de meios e fins ou de fins a meios, mas do estabelecimento de intenções e da determinação de objetivos”; tratando-se de uma ação intelectual complexa e demanda rigor analítico.

Dessa maneira que se pode dizer que a narração de acontecimentos do passado está consignada em historiografias. Os acontecimentos reunidos em configurações textuais dão o tom do trabalho final do historiador, sua produção de conhecimentos sobre o passado está diretamente vinculada a essa ação e encontra sua realização concreta nos textos escritos.

A produção historiográfica, por sua vez, produz significados ao passado, às ações humanas narradas, aos sujeitos ou personagens históricos, a partir do qual se opõem ou se conciliam a explicação e compreensão do tempo presente, que ajuda na percepção que se tem da nossa experiência de estar no mundo e vivendo em sociedade.

As fontes assumem, nessa tarefa historiográfica, a centralidade máxima. Por isso é tão importante seu tratamento para a produção de saberes sobre o passado. O texto historiográfico como fonte é, por isso, um objeto de análise imprescindível para o exercício de recortar e recompor um novo texto historiográfico, seja para fins de pesquisa seja para fins pedagógicos.

História Local e produção de conhecimento: o discurso do pioneirismo ou a *narrativa memorialista* – o caso de Maringá

Os estudos que se debruçam sobre a história local têm mostrado que a produção de conhecimentos sobre o passado da localidade foi, em geral, realizada por autores ligados aos grupos sociais que conduziram inicialmente as atividades produtoras que se desenvolveram na cidade no momento de sua formação social. Chamados de “memoralistas” por serem, normalmente, intelectuais que preservam grande parte da documentação sobre a região onde está localizada a cidade, seus discursos sobre a história do local acabaram sendo cristalizadas

em livros (normalmente editados em momentos comemorativos) que, muitas vezes acabaram sendo as principais fontes escritas para se conhecer o passado da localidade até as últimas décadas do século XX.

A narrativa memorialista, tendendo sempre a fazer salientar as “melhores qualidades” de um determinado lugar, é um bom exemplo de como se solidifica determinadas representações do passado – memória social – e, por conseguinte, determinada escrita da história local; produzindo não apenas conhecimentos, mas também comportamentos e maneiras de representar a vida local no tempo presente.

Contando, por meio de recortes temáticos e temporais, uma história de glórias, a narrativa memorialista, pelo intenso envolvimento dos autores com os locais sobre os quais estão escrevendo, reiteradamente enfatizam sua documentação e a importância dada aos fatos e as personalidades daquele espaço sócio-cultural por eles narradas. Acredita-se que por isso são excelentes fontes para exemplificar o sentido social e político do texto historiográfico produzido.

Sua construção textual volta-se para uma memória da cidade, inserida no projeto de uma historiografia que congela o tempo, o espaço, os sujeitos e fatos em sua narrativa, destacando os elementos geo-políticos fundadores da região, bem como aqueles vultos que consideram de maior importância. Produzem uma história no intuito de destacar a cidade sobre a qual estão escrevendo, salientando sua importância, que estaria guardada na memória dos seus concidadãos.

No caso da história de Maringá pode-se afirmar que a perspectiva que é mais conhecida é aquela em que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná aparece como fundadora do município por intermédio de sua colonização. A colonizadora, registrando por meio de imagens fotográficas as transformações pelas quais a cidade passou, tornou possível cristalizar uma memória de pioneiros empreendendo o “progresso” na região. Fotos que acabaram sendo “imortalizadas” em uma série de discursos, envolvendo as representações que circulam pelas ruas e páginas da história da cidade. (REGO, et al, 2007).

Paralelamente a essa história está a historiografia produzida sobre Maringá durante as décadas de 1980-1990 por autores (por vezes fazendo parte dela) que se ligavam aos grupos que conduziram o poder na cidade em certos períodos. O que chama-se aqui de *historiografia memorialista*, ela foi determinante para a construção de identidades para a cidade de Maringá. Tomemos para exemplificar o livro de Osvaldo Reis *Maringá 60 anos: A História em contagostas*, (1998).

Escrita na década de 1990, o livro, em sua 2ª edição, anuncia ser “a mais completa cronologia dos fatos que marcaram o surgimento de Maringá” (Reis, 2007, capa). O autor destaca a formação histórica de Maringá por meio do seu “crescimento” geográfico e os traços urbanísticos da cidade. O recorte político-administrativo é o privilegiado, sublinhando os “mitos fundadores” do município e seus símbolos.

Os elementos que caracterizariam o crescimento da cidade encontram-se registrado na ordem do índice do livro, seriam: a Lei que cria o município; Hino a Maringá; Os símbolos de Maringá; Os prefeitos e demais autoridades políticas; a Primeira Escola; a primeira Rádio; o Rotary Club; o LIONS; a Diocese; a Imprensa e demais temas desses núcleo derivados. Outros destaques dados pelo autor é a indicação das personalidades importantes da história da cidade, os ilustres maringaenses que participaram da política estadual e nacional à época.

Elementos comuns nas obras dos memorialistas, conforme indicou Zampoli (2004), esses nomes são relacionados às características que hoje a cidade teria em “cidade cultura”, salientando os investimentos em educação no decorrer da história da cidade. De forma concisa, pode-se afirmar que, para Reis, esses elementos seriam – junto com as ações públicas

como: assistência médica, iluminação pública e, mais tarde, a vinda da ferrovia – o que formou o município como cidade próspera.

Na história em conta-gotas o autor, recortando o tempo na história político-administrativa, reafirma a homogeneização dos discursos da escrita da memória na medida em que menciona a contribuição do imigrante na organização da vida econômica e cultural da cidade, salientando o comércio praticado pelos imigrantes (p.40-69) como acontecimentos importantes para afirmação de uma identidade local. Um dos aspectos centrais dessa identidade é a representação de Maringá como “cidade verde”, como “cidade bem planejada”, aspectos advindos das ações de consciência de seus pioneiros e colonizadora. Sobre isso diz o autor:

Seu progresso ocorre de forma harmoniosa e não perde as características de cidade planejada, onde se impõe a consciência pela preservação verde, como se pode notar pela farta arborização, propiciando um festival de cores, em todos os meses do ano, com uma árvore para cada 04 habitantes, totalizando, juntamente com os 03 bosques (Parque do Ingá, Bosque 2 e Horto Florestal) de área nativa preservada, em torno de 26 m² de área verde por habitante. (REIS, 2007, p.19).

Uma das características da historiografia memorialista é, como se pode reafirmar, a presença de um discurso que investe numa tentativa de representar a história local de um estado pleno de potencialidades, sempre em direção ao progresso. Nesse aspecto pode-se confirmar que essa produção historiográfica, de certa forma, faz parte de um projeto político mais amplo de afirmação de sentimento de orgulho nacional. Ou seja, esse discurso precisava se fazer presente no cotidiano das pessoas que habitavam não apenas as grandes cidades, mas também, as mais interioranas do País. Então, no âmbito local, o discurso da cidade de Maringá estaria sintonizado ao discurso nacional.

Autores sugerem que a historiografia memorialista tem, em função disso, um aspecto primordial, que é cumprir o papel de “[...] “lembrador”, um guardião da memória dos acontecimentos públicos, postos por escrito em benefício dos seus actores, para lhes dar fama, e também para benefício da posteridade que poderá, assim, aprender com o seu exemplo[...]” (BURKE, 1992, p. 235).

Para Roger Chartier, por exemplo, as representações do mundo social assim construídas,

[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Maurice Halbwachs, por sua vez, ao tratar da problemática da memória, entende que toda memória é coletiva, é memória social, “já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história geral” (HALBWACHS, 2006, p.73). Para Halbwachs, as lembranças que temos do passado, não são individuais e alheias às interferências externas, ou seja, elas não são apenas nossas, mas selecionadas pelo grupo do qual fazemos parte ou fora dele e atende as expectativas do contexto e do tempo vividos. Sobre os fatos históricos na memória coletiva o autor relata:

Quando os evoco, sou obrigado a me remeter inteiramente á memória dos outros, e esta não entra aqui para completar ou reforçar a minha, mas é a única fonte do que posso repetir sobre a questão (...). Trago comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso aumentar por meio de conversas ou leituras – mas esta é uma memória tomada de empréstimo, que não é minha (HALBWACHS, 2006, p.72).

A memória oficial transforma em memória coletiva eventos históricos selecionados por grupos hegemônicos daquela sociedade, que através de símbolos e representações, transformam a memória coletiva do grupo em história. Imprimindo, conforme já mencionou Zampoli, mesmo nas gerações mais novas, lembranças de um passado da cidade que elas não viveram, mas que reconhecem e legitimam.

Relacionando essas observações desses autores, pode-se dizer que, do ponto de vista político, a memória da cidade, não é somente a presença do passado no presente através da transmissão feita por indivíduos dos fatos do passado, as narrativas são construções que delimitam os lugares dos sujeitos e suas ações na escrita da história, e na vida cotidiana. Elas dão cor e sentido às tradições, propiciando a afirmação de determinada perspectiva historiográfica, naturalizando o discurso dos memorialistas.

A leitura e a análise das obras dos memorialistas mostram a importância do texto no campo da História. Seja para os fins de pesquisa seja para os interesses pedagógicos. Pode-se, enfim, retomar as posições de Matozzi, quando afirma:

O texto é central, porque dele depende a qualidade do que compreendemos e aprendemos sobre história. Tudo o que sabemos sobre o passado devemos a produção de textos e a compreensão dos mesmos. A investigação histórica põe em evidência o texto histórico e o texto adquire uma relevância epistemológica dentro da investigação. (MATOZZI, 2004, p.1)

Parodiando Matozzi, entende-se que o texto é central no ensino. Se dele depende a qualidade do que se compreende e se ensina sobre a história local e, se tudo que sabemos sobre o passado da cidade devemos, em grande medida, à historiografia memorialista, então é preciso avaliar a relevância epistemológica dos textos que levamos para a sala de aula para ensinar sobre a história de Maringá.

Considerações finais:

A leitura e a análise das obras dos memorialistas mostraram-se fecunda para as intenções deste trabalho cujo objetivo foi enfatizar a importância do texto na pesquisa e no ensino de História. Verificou-se que, embora as obras de memorialistas possuam uma característica muito própria do ponto de vista historiográfico, o seu fazer historiográfico construíram um *modelo teórico* de contar e registrar a história local, da cidade, como foi exemplificado com o caso de Maringá.

A história, sendo uma construção do historiador com base em documentos diversos, sua escrita deve ser constantemente avaliada, fundamentalmente pelo professor de História que trata com os conteúdos da História Local. O exercício que se fez neste trabalho indicou como a historiografia memorialista se coloca como um instrumento para divulgar a identidade e a memória da cidade – ao ser escrita por profissionais autorizados por grupos dirigentes que se ligam à tradição do pioneiro – de forma que a cidade passa a ser percebida e representada por meio do que Chauí chamou de *mito fundador*.

Essa percepção da história local é conformada por meio da indagação: “Quem são as vozes autorizadas a representá-la?”. Os “homens bravos”, que “desbravaram” as matas e iniciaram o progresso econômico, político e sócio-cultural da região.

Por esse caminho, a história local acaba se resumindo na história do colonizador e do imigrante.

A desconstrução teórica – a ser feita por meio dos textos – dessa historiografia ainda está em vias de realização. Encontra-se, atualmente, trabalhos de historiadores que já revistaram essa escrita memorialista, mas ainda será necessário esse esforço teórico e

metodológico no campo educacional para que se possa avançar e superar essa historiografia no ensino.

Referencias:

- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. São Paulo: Zahar, 2001.
- BURKE, Peter (org.): *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CORDEIRO, Jaime Francisco P. *A história no centro do debate: as propostas de renovação do ensino de História nas décadas de setenta e oitenta*. Araraquara: Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva e memória histórica*. In.: *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MATOZZI, Ivo. Ensinar a escrever sobre História. Trad. Fábio L. Iachtechen. *Enseñanza de las Ciencias Sociales*, Barcelona, nº 3, p. 39-48, 2004. PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autentica, 2008. REGO, Renato L. [et al]. *O testemunho das imagens: a construção de Maringá retratada nos álbuns a CMNP no acervo do Museu da Bacia do Paraná*. Maringá: Massoni, 2007.
- REIS, Osvaldo. *1947-2004 – Maringá 60 anos: a História em conta-gotas*. 2 ed. Maringá: Gráfica Primavera, 2007.
- RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol.1. São Paulo: Martins Fontes, 2011. RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da história : os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001.
- TOLEDO, Maria A. Leopoldino T. O ensino de história no pensamento de autores brasileiros nos anos 80: contribuição à crítica ao ensino tradicional em história. *Dissertação de mestrado*. Programa de Historia e Filosofia da Educação. Maringá, 1998.
- ZAMPOLI, Fabio A. B. A cidade como um caleidoscópio: da historiografia oficial à invisibilidade da população negra em Criciúma. *Tempos Acadêmicos*, Vol. 1, N. 4 , América do Norte, 130 -06, 2010.